

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.195 - MG (2016/0224878-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI  
**ADVOGADOS** : DENISE MARIA FREIRE REIS MUNDIM - MG040999  
PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN - PR037007  
CARLOS ALBERTO ALVES PEIXOTO E OUTRO(S) - PR033844  
ROMEU CÉSAR SOARES DA MATA - MG106788  
LUIS GUSTAVO REIS MUNDIM - MG157259  
GIOVANNA MAFFESSONI BEDENE - PR078205  
**RECORRIDO** : LEONORA ABREU FIGUEIREDO LEITE  
**ADVOGADO** : DIOVANA HENRIQUE BASTOS DE SOUZA E OUTRO(S) - MG130513

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL OU DE SÚMULA. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E/OU INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Ação de revisão contratual.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
5. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
6. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
7. Recurso especial não conhecido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto pela CAIXA DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI, com fundamento nas alíneas "a" e/ou "c" do permissivo constitucional.

**Recurso especial interposto em:** 23/02/2016.

**Concluso ao gabinete em:** 10/07/2019.

**Ação:** de revisão contratual ajuizada por LEONORA ABREU FIGUEIREDO LEITE e Sr. ARTUR TEODORO LEITE NETO em face da agravante, em razão de cláusulas abusivas previstas no contrato de promessa de compra e venda de imóvel.

**Sentença:** nos termos do artigo 269, I, do CPC, julgou parcialmente procedente o pedido para determinar o recálculo do saldo devedor, relativo ao financiamento objeto da lide, calculando-se as prestações com observância do plano de equivalência salarial, sem aplicação do CET - Coeficiente de Equalização de Taxas, inclusive sobre os valores cobrados de seguros; determinar que "os encargos financeiros incidentes sobre a dívida sejam de 6% de juros a.a. desde a data da contratação, conforme pactuado cabendo ao requerido; condenar a agravante a devolver, de forma simples, os valores cobrados indevidamente na utilização da taxa de juros de 6,1678%, no período de 23/10/1992 a 31/09/1999 corrigidos de acordo com os índices oficiais estabelecidos pela CCJMG e juros de mora de 1% (um por cento) desde a data da citação, facultando-se a compensação com o saldo devedor.

Ante a sucumbência recíproca, condenou a agravante ao pagamento de 60% das custas processuais e condenou a agravada e Sr. ARTUR TEODORO LEITE NETO nos 40% restantes das custas processuais.

Arbitrou os honorários advocatícios de R\$ 3.000.00 (três mil reais), nos termos do artigo 20, §4º do Código de Processo Civil, com pagamento pelos autores e réu, na proporção em que sucumbiram, 40% e 60%, respectivamente, os quais devem, inclusive, serem compensados, nos termos do artigo 21 do Código de Processo Civil.

**Acórdão:** deu parcial provimento aos recursos interpostos pelas partes para manter a correção do saldo devedor na forma contratada, sem

# *Superior Tribunal de Justiça*

aplicação do CET, decotando-se a capitalização mensal de juros até a data em que foi pactuada a segunda repactuação, 31/03/2003, afastando, ainda, a Tabela Price.

Determinou que as verbas sucumbenciais deverão ser repartidas entre as partes a razão de 40% pela agravada e pelo Sr. ARTUR TEODORO LEITE NETO e 60% pela agravante, autorizada a compensação, sendo que as custas recursais pela partes, à razão de 50% para cada uma, conforme a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL - PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO SEGUNDO RECURSO - AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS DE CONTRATO IMOBILIÁRIO - CDC - APLICABILIDADE - CET - CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR - DEVOLUÇÃO DE VALORES - FORMA DE AMORTIZAÇÃO - CAPITALIZAÇÃO - FQM - REPETIÇÃO EM DOBRO.

- Apresentado o pedido de reforma com os fundamentos jurídicos e legais necessários ao conhecimento do recurso de apelação, deve ser rejeitada a preliminar de inépcia recursal.

- Nos termos da Súmula 321 do STJ, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica entre a entidade privada e seus participantes",devendo ser modificadas as cláusulas abusivas.

- O CET previsto no contrato de financiamento imobiliário, firmado entre a entidade de previdência privada e seu associado, constitui cláusula abusiva,uma vez que representa nova remuneração pelo serviço de crédito concedido,além daquela já prevista no pactuado, implicando, portanto, onerosidade excessiva ao consumidor.

- Não existe ilegalidade na utilização da TR como índice de correção monetária, já que previamente contratada, e também porque é legalmente prevista pela Lei 8 177/91.

- Apurados valores cobrados de forma indevida na pericia. deve ser mantida a sua devolução, sob pena de não se atender ao que restou estabelecido nos contratos firmados entre as partes

- A utilização da Tabela Price, por si só, não constitui qualquer ilegalidade, pois a simples adoção do método francês de amortização não retrata anatocismo. No entanto, tendo sido demonstrado, por meio de perícia contábil, que a utilização da Tabela Price configurou anatocismo, deve ser extirpado do valor das parcelas o 'quantum' correspondente à capitalização de juros do período em que eram vedados

- Aos contratos de financiamento imobiliário são aplicáveis as normas do Código de Defesa do Consumidor, nos termos

# *Superior Tribunal de Justiça*

do seu art 1º, § 2º. A Tabela Price adotada para amortização do saldo devedor importa em abusividade, à vista da capitalização de juros e correção do saldo antes do abatimento do pagamento da prestação. (Des. Evangelina Castilho Duarte).

- Os valores pagos referentes ao Fundo de Quitação por Morte estão adequados à função social do contrato.

- A sanção prevista no artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, devolução em dobro da quantia, somente tem aplicação quando há dolo ou culpa por parte do credor, o que não se aplica quando este cobrou taxas que se encontravam previstas em contrato. Havendo incidência de encargos ilegais, devida a compensação de valores, nos termos do artigo 368 do Código Civil, bem como a repetição do indébito simples dos valores indevidamente cobrados, sob pena de enriquecimento sem causa do credor

**Recurso especial (e-STJ, fls. 1.112/1.183):** alega violação dos arts. 4º, IV, 39, XIII, 51, I e IV, do CDC, 1º, 6º, 7º, 9º, *caput*, 31, 68, 72 e 73 da Lei Complementar nº 109/2001, e 4º, I, "a", e 36 da Lei nº 6.434/77, Súmula 321/STJ, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que: a) é inaplicável o CDC às relações entre as entidades de previdência privada fechadas e seus participantes; b) há dissenso jurisprudencial a respeito deste tema, bem como quanto à suposta capitalização de juros decorrente de pactuação do uso da Tabela Price.

**Decisão monocrática - STJ:** considerando a discussão nos autos em relação à existência de capitalização de juros, vedada pelo Decreto 22.626/33, na própria fórmula matemática da Tabela Price e a afetação da matéria (Tema 909), determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que o recurso permanecesse suspenso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos dos arts. 1.036, § 1º, e 1.037, II, do CPC/2015.

**Decisão emitida pelo TJ/MG:** tendo em vista que o Tema nº 909 da repetitividade foi cancelado e desafetado seu julgamento sob o referido rito e já emitido o juízo positivo de admissibilidade, encaminhou os autos novamente ao Superior Tribunal de Justiça.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/73.

**- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula**

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

**- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 4º, IV, 39, XIII, 51, I e IV, do CDC, 1º, 6º, 7º, 9º, *caput*, 31, 68, 72 e 73 da Lei Complementar nº 109/2001, e 4º, I, "a", e 36 da Lei nº 6.434/77, indicados como violados, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

**- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à análise dos documentos acostados aos autos, em especial, ao contrato, acerca da onerosidade excessiva, quanto às condutas das partes, no que concerne à comprovação de dolo ou culpa da parte, a respeito da demonstração de anatocismo, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

**- Da divergência jurisprudencial**

A ausência de prequestionamento do tema que se supõe

# *Superior Tribunal de Justiça*

divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no AREsp 353947/SC, 3ª Turma, DJe de 31/03/2014 e EDcl no Ag 1162355/MG, 4ª Turma, DJe de 03/09/2013.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932 do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que a sentença foi prolatada sob vigência do CPC/73 (EAREsp 1255986/PR, Corte Especial, DJe de 06/05/2019).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora